

LEANDRO SILVA MESQUITA

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DEBATE SOBRE O CASO
BRASILEIRO**

**Monografia de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Decisão de
Investimento e Avaliação Estratégica de Risco**

**Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão –
COGEAE/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Março – 2013**

LEANDRO SILVA MESQUITA

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DEBATE SOBRE O CASO
BRASILEIRO**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia do Cogeaec como exigência parcial para a obtenção do grau de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Decisão de Investimento e Avaliação Estratégica de Risco, elaborada sob orientação do Professor Doutor Jason Tadeu Borba.

**Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão –
COGEAE/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Março – 2013**

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final __ , __ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

Autorizo a disponibilização desta monografia na Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da PUC - São Paulo para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, ____ de _____ de 2013. Assinatura: _____

Gostaria de agradecer em especial aos meus pais e a minha família por toda ajuda e apoio durante toda a minha vida, aos meus amigos pela compreensão por todo tempo em que estive ausente e a todos que acreditaram no meu potencial independente de qualquer coisa.

Se não pelo talento, então pelo esforço.

Agradeço em especial aos Professores Doutores José Nicolau Pompeo e Jason Tadeu Borba pelo apoio, orientação e ajuda na realização deste trabalho. Muito obrigado por acreditarem e confiarem na minha capacidade de superação.

MESQUITA, Leandro Silva, **DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DEBATE SOBRE O CASO BRASILEIRO.**

São Paulo - SP, 2013. [Monografia de Pós-Graduação *Latu Senso* em Decisão de Investimento e Avaliação Estratégica de Risco - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

RESUMO

Esta monografia analisa a possível ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil. Para analisar a existência desse possível processo, será abordada neste trabalho a evolução de todo o processo industrial no Brasil desde a época colonial até os dias atuais. Existem correntes muito fortes em torno desse assunto, tanto aquelas que defendem a existência desse processo, quanto as que refutam a desindustrialização no Brasil. Um dos pontos mais importantes sob discussão em torno deste tema, é a definição do que é desindustrialização. Iremos expor os conceitos existentes e apresentaremos o conceito que será utilizado neste trabalho. Vamos apresentar diversos dados e indicadores industriais e econômicos e, em cima de todas essas informações, iremos discutir sobre a existência do processo de desindustrialização da economia brasileira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 - INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	3
1.1 – Contexto Histórico	3
1.2 – Etapas da Industrialização brasileira	7
2 – O QUE É DESINDUSTRIALIZAÇÃO?	13
2.1 – Conceitos de desindustrialização	13
2.2 – Definição de desindustrialização	18
3 – DADOS ECONÔMICOS, INDUSTRIAIS E DO EMPREGO	20
3.1 – Dados	20
CONCLUSÃO	33
BIBLIOGRAFIA	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores econômicos do período militar (1970 – 1984)_11

Tabela 2 - Produção Física da Indústria - Taxa de Crescimento (%)__24

Tabela 3 - Produção Física da Indústria por Setor - Tx de Cresc. (%)_31

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação da Indústria de Transformação no PIB (%)	20
Gráfico 2 – Participação do VAB (Valor Adicional Bruto)	21
Gráfico 3 – Produção Industrial Física, Segundo Intensidade tecnológica (média móvel 12 meses)	22
Gráfico 4 – Índice de Crescimento da Produção Física da Indústria de Transformação (Igual ao Período do Ano Anterior = 100)	23
Gráfico 5 – Desemprego nas Regiões Metropolitanas (2002 até 2012)	25
Gráfico 6 – Emprego na Indústria de Transformação (2003 - 2013)	26
Gráfico 7 – Exportação por Categoria de Uso (1974 - 2012)	27
Gráfico 8 – Importação por Categoria de Uso (1974 - 2012)	28
Gráfico 9 – Produtividade da Indústria (Índice base 100 em Jan/2003)	29
Gráfico 10 – Percentual Médio da Utilização da Capacidade Instalada na Indústria de Transformação (2003 até 2013)	30

INTRODUÇÃO

Uma das grandes discussões em relação à economia brasileira, nos dias atuais, ocorre em torno do conceito de desindustrialização. Para muitos o país vem sofrendo, há alguns anos, com uma possível redução de sua indústria de transformação.

Essa afirmação começou a surgir nos anos 80, quando a indústria começou a perder participação no PIB. Essa situação começou a se “agravar” nos anos 90, quando a estrutura produtiva começou a mudar e teve um aumento, além de, uma especialização em produtos de baixo valor agregado como as *commodities* agrícolas e minerais. Como o preço dessas *commodities* esteve muito alto, nos últimos anos, o foco das exportações brasileiras ficou voltado para esse segmento. O que na contramão, acabou reduzindo a participação nas exportações da indústria. Tudo isso acabou sendo agravado pela grande entrada de produtos importados, que foram beneficiados diretamente pela taxa de câmbio vigente nos últimos anos. Essa é a base usada por muitos autores como sustentação da ocorrência de desindustrialização na economia brasileira, onde justificam a crescente redução da participação da indústria no PIB.

O grande problema em torno desse assunto é que trata-se de um tema extremamente controverso, pois não há um consenso sobre o que é desindustrialização. Aliado a isso, alguns indicadores possuem interpretação ambígua, o que permite que se possa afirmar ou refutar a hipótese de desindustrialização da economia brasileira.

Esse trabalho está dividido em 4 etapas, além desta introdução. No primeiro capítulo será abordado todo o processo de industrialização brasileiro, etapa por etapa, desde o período colonial até os dias atuais. O segundo capítulo apresenta os conceitos existentes sobre desindustrialização e nele será definido o conceito que este trabalho seguirá como norte. O terceiro capítulo trabalhará com indicadores industriais e

econômicos, como por exemplo, dados de produção, emprego/desemprego, produtividade, exportação/importação, dentre outros. E para finalizar este trabalho, com base nas 3 etapas anteriores, vamos apresentar a conclusão.

1 - INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo tem como objetivo analisar e estudar todo o processo de industrialização brasileiro. Vamos abordar cada etapa desse processo desde o período colonial até os dias atuais e a partir disso entender como a indústria surgiu e se desenvolveu. Iremos entender como algumas escolhas feitas no passado podem ter influenciado e/ou estar influenciando, até hoje, o processo produtivo brasileiro.

1.1 – Contexto Histórico

O “descobrimento” do Brasil é um termo que deixa muito claro todo o eurocentrismo que existia no mundo no final do século XV e início do século XVI. Esse termo nada mais é do que a excessiva valorização da cultura europeia frente às demais. Ao adotarmos o termo “descobrimento” sobre nosso país, estamos desconsiderando toda a existência dos índios antes da chegada dos portugueses. Portanto, prefiro optar pelo termo “chegada” dos portugueses ao Brasil, fato ocorrido no dia 22 de abril de 1500 onde se iniciou o ciclo pré-colonial em nosso país.

Durante o ciclo pré-colonial, o Brasil não foi colonizado, pois os portugueses não se fixaram em nossas terras. Após os primeiros contatos com os indígenas, muito bem relatados na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I (14º Rei de Portugal), os portugueses começaram a explorar o pau-brasil da Mata Atlântica.

O pau-brasil possuía um enorme valor no mercado europeu, pois sua seiva, de cor avermelhada, era muito utilizada para tingir tecidos. A exploração do pau-brasil pelos portugueses se deu através do escambo, ou seja, eles davam aos indígenas algumas pequenas bugigangas como espelhos, apitos, chocalhos, dentre outras. Em troca, aos nativos trabalhavam na exploração efetuando o corte do pau-brasil e carregando até as naus portuguesas.

Nos primeiros trinta anos, o Brasil foi alvo de diversos ataques de holandeses, ingleses e franceses que não faziam parte do Tratado de Tordesilhas¹. Os corsários ou piratas também saqueavam e contrabandeavam o pau-brasil, provocando pavor no rei de Portugal. Com esses acontecimentos, a coroa portuguesa passou a temer a perda do território brasileiro para outro país. A fim de tentar evitar estes ataques, Portugal organizou e enviou ao Brasil as Expedições Guarda-Costas, porém com poucos resultados.

Os portugueses continuaram com a exploração do pau-brasil, construindo algumas bem feitorias no litoral, mas que na verdade nada mais eram do que armazéns e postos de trocas de bugigangas com os indígenas.

No ano de 1530, para melhor organizar a colônia, o rei de Portugal enviou a primeira expedição, comandada por Martin Afonso de Souza, com objetivos de colonização. A ideia era dividir o Brasil em Capitânicas Hereditárias (faixas de terras) que foram doadas aos donatários. Estes podiam explorar os recursos da terra, porém ficavam encarregados de povoar, proteger e estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, o sistema de Capitânicas Hereditárias fracassou, em função da grande distância da Metrópole, da falta de recursos e dos ataques de indígenas e piratas. As capitânicas de São Vicente e Pernambuco foram as únicas que apresentaram resultados satisfatórios, graças aos investimentos do rei e de empresários.

O açúcar era um produto de muita aceitação na Europa e alcançava um grande valor. Após alguns testes no Nordeste, constatou-se que a cana-de-açúcar se adaptou muito bem ao solo e ao clima nordestino, iniciando-se

¹ O Tratado de Tordesilhas estabeleceu que seriam de propriedade de Portugal as terras descobertas e a descobrir situadas a leste de um meridiano, traçado de pólo a pólo, a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, enquanto as terras situadas a oeste desse meridiano pertenceriam à Espanha. O mesmo se aplicava às terras conquistadas a povos não cristãos e àquelas ainda por conquistar. O acordo foi assinado em 7 de junho de 1494 na cidade espanhola de Arévalo, província de Tordesilhas, entre o rei de Portugal, D. João II, e os Reis Católicos, Isabel e Fernando de Castela e Aragão. Representou o fim oficial de uma longa série de disputas, negociações e bulas papais a respeito da posse das novas terras. O meridiano de Tordesilhas, no entanto, nunca foi de fato demarcado e motivou várias disputas de fronteira.

o plantio em grande escala. Foi uma decisão assertiva de Portugal pois além de lucrar com a venda de açúcar, conseguiu iniciar o povoamento do Brasil.

Entre 1570 e 1670, o Brasil tornou-se o maior produtor de açúcar mundial. As províncias de Pernambuco, Bahia, São Vicente e Rio de Janeiro eram os centros mais importantes. O êxito da cultura da cana teve origem numa série de vários fatores. O cultivo era possível independentemente da topografia do terreno, a cana podia ser cortada a cada seis meses, não eram necessários trabalhos de irrigação, não existiam pragas, e ainda contavam com uma mão de obra escrava abundante para os trabalhos agrícolas (a mão de obra utilizada no ciclo do açúcar foi a escrava, de origem africana). A riqueza, rapidamente gerada, atraiu a cobiça dos estrangeiros, dentre eles os franceses e depois os holandeses, que até chegaram a se instalar, durante várias décadas no nordeste e, mais tarde, os corsários ingleses.

Após não obter êxito na tentativa de estabelecer as Capitânicas Hereditárias, a coroa portuguesa estabeleceu no Brasil o Governo-Geral. Foi a tentativa de centralizar o poder e obter um melhor controle sobre a colônia. O primeiro governador-geral foi Tomé de Souza, tinha como objetivo da coroa combater as crescentes rebeldias indígenas, aumentar a produção agrícola (além do açúcar, se destacaram as produções de tabaco e algodão) no Brasil, além de defender o território de outras nações e procurar jazidas de ouro e prata.

Após a descoberta das primeiras minas de ouro, o rei de Portugal tratou de organizar sua extração. A coroa possuía grande Interesse nesta nova fonte de lucros dado que o comércio de açúcar passava por uma fase de declínio (no século XVIII), inicia-se a cobrança do quinto, um imposto que correspondia a 20% de todo ouro encontrado na colônia. Este imposto era cobrado nas Casas de Fundição.

Com a descoberta de ouro e o início da exploração das minas nas regiões auríferas (dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), começou a surgir no Brasil uma busca desenfreada pelos metais preciosos, a qual, em pouco tempo, tornou-se uma verdadeira "corrida do ouro" para estas regiões. Procurando trabalho na região, desempregados de diversas

regiões do país partiram em busca do grande sonho de se tornar rico da noite para o dia.

Em meados do século XVIII, o café se tornou uma das especiarias mais valiosas na Europa, e o seu consumo ganhou escala e atingiu níveis altos. O café chegou ao Brasil através da Guiana Francesa, pelas mãos do Tenente-Coronel Melo Palheta. Por volta de 1760 surgem os primeiros registros de plantação na capital fluminense, e alguns anos depois, se estende por todo o vale do Paraíba. No início a produção tinha a mesma base da produção de açúcar, em grandes fazendas e com mão de obra escrava.

A partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravos e com a exploração sistemática das terras, a produção fluminense começa a sentir sintomas de crises. Nesse intervalo de tempo, o Oeste paulista surge com condições para acolher e expandir a produção de café.

Os paulistas aplicaram uma nova dinâmica na produção, com novas tecnologias e novas formas de plantio. Para suprir a carente mão de obra escrava, atraíram mão de obra de imigrantes europeus, além de buscarem financiamento em bancos para futuras plantações. Em pouco tempo o café brasileiro era consumido em toda Europa e nos Estados Unidos, trazendo diversos benefícios à economia brasileira, como veremos a seguir, conforme Rainer Sousa:

“A adoção da mão-de-obra assalariada, na principal atividade econômica do período, trouxe uma nova dinâmica à nossa economia interna. Ao mesmo tempo, o grande acúmulo de capitais obtido com a venda do café possibilitou o investimento em infra-estrutura (estradas, ferrovias...) e o nascimento de novos setores de investimento econômico no comércio e nas indústrias. Nesse sentido, o café contribuiu para o processo de urbanização do Brasil.”

Enquanto o Brasil foi colônia de Portugal, entre os anos de 1500 e 1822, não houve nenhum tipo de desenvolvimento industrial em nosso país. A metrópole (Portugal) proibia o estabelecimento de qualquer tipo de

fábricas em nosso território (através do Pacto Colonial²). Essa política, por parte da metrópole, foi adotada para que os brasileiros consumissem os produtos manufaturados portugueses.

Mesmo com a chegada da família real (1808) e a Abertura dos Portos às Nações Amigas, o Brasil continuou dependente do exterior, porém, a partir deste momento, dos produtos ingleses.

1.2 – Etapas da Industrialização brasileira

No final do século XIX e início do século XX a economia cafeeira começa a entrar em crise. O Brasil era responsável por boa parte da produção do produto para o mundo, controlando assim, os preços e decidindo de que forma iria atuar na economia internacional. Essa influência no preço, de uma forma geral, sempre era exercida através da oferta. Quando o país produzia mais do que a demanda mundial, o excedente era armazenado para vendas futuras. O primeiro grande problema ocorreu porque o país começou a ficar dependente de um aumento da população europeia (principal consumidor do café brasileiro) para consumir o estoque de café. Como a população de Europa se manteve estável, o excesso de oferta de café começou a jogar o preço, cada vez mais, a patamares menores.

Como o café já não era um produto rentável, muitos cafeicultores passaram a investir recursos (oriundos da exportação outrora do café) no estabelecimento da indústria no Brasil. Isso ocorreu principalmente em São

² O Pacto Colonial pode ser definido como um conjunto de regras, leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial. Estas leis tinham como objetivo principal fazer com que as colônias só comprassem e vendessem produtos de sua metrópole. Através deste exclusivismo econômico, as metrópoles europeias garantiam seus lucros no comércio bilateral, pois compravam matérias-primas baratas e vendiam produtos manufaturados a preços elevados. O Pacto Colonial foi muito comum entre os séculos XVI e XVIII. As metrópoles proibiam totalmente o comércio de suas colônias com outros países ou criavam impostos tão altos que inviabilizava o comércio fora do pacto. Outro método, que inclusive foi utilizado na relação entre Portugal e Brasil, foi a proibição de estabelecimento de manufaturas em solo brasileiro. Desta forma, o Brasil ficou durante grande parte da fase colonial totalmente dependente dos manufaturados portugueses. O Pacto Colonial só foi quebrado em 1808, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil. Nesta ocasião, D. João VI promoveu a abertura dos portos às nações amigas (Reino Unido).

Paulo e no Rio de Janeiro, estados onde estava concentrada toda a base da economia cafeeira brasileira. Essas primeiras indústrias eram basicamente de tecidos, calçados e de outros produtos de fabricação bem simples.

O segundo grande problema, a qual exerceu forte influência negativa sobre a economia do café, foi a crise da bolsa de 1929 nos Estados Unidos. Se os preços já tendiam a cair, a crise acelerou de vez esse processo e fez com que a demanda internacional pelo produto diminuísse ainda mais, o que forçou uma redução ainda maior dos preços e de uma forma muito acelerada. O governo brasileiro não encontrava nenhuma solução para absorver os estoques, o que causou uma quebra na economia cafeeira da época.

Diante deste cenário péssimo e sem nenhuma perspectiva ressurgimento da economia cafeeira, ocorreu no Brasil uma migração de atividade. O café perdeu grande força e participação na economia brasileira e a indústria de substituição de importação passou a exercer o papel principal no Brasil.

A Indústria de Substituição de Importação utilizou de toda a estrutura cafeeira para se desenvolver. Primeiramente, usufruiu de todo o capital disponível para investimento e aproveitou-se de toda a infraestrutura recém criada para o escoamento da produção de café. Além disso, beneficiou-se da mão de obra abundante e do mercado consumidor pré-existente. E foi dentro deste contexto histórico que o Brasil deu o pontapé inicial no seu processo de industrialização.

Ao final de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil. A era Vargas foi marcada nos primeiros anos pela mudança no plano governamental do país. Com apoio dos militares (que acreditavam que com uma indústria forte teriam acesso a equipamentos de pontas e, assim, manteriam a segurança nacional), Vargas destituiu do poder as oligarquias ligadas aos interesses agrário-comerciais, e assim governou com sua política industrialista pesada.

Com essa alcunha Keynesiana, a industrialização começa a ser fortemente impulsionada no país, principalmente nos produtos primários e

têxteis. Uma marca forte desse governo e que evidencia o intervencionismo foi a criação das primeiras estatais de grande porte como, por exemplo, a companhia siderúrgica nacional (CSN), Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Petrobrás dentre outras.

Na década de 40, em virtude da Segunda Guerra Mundial, houve muita dificuldade para importação de bens, o que favoreceu o alto ritmo de produtividade nacional.

A era Vargas ficou marcada pelo primeiro grande impulso a Industrialização brasileira, onde foi aproveitada toda a infraestrutura herdada da economia cafeeira, e pelo forte intervencionismo, onde o governo não era fiscalizador, mas sim dono (criação das estatais).

No começo dos anos 50, tem início o governo de Juscelino Kubitschek. JK assume o poder com o lema de “50 anos em 5”, onde seu desejo era fazer o país crescer em apenas 5 anos o que cresceria em 50 anos.

O chamado desenvolvimentismo (ou nacional-desenvolvimentismo) foi a corrente econômica que prevaleceu nos anos 1950, do segundo governo de Getúlio Vargas até o Regime Militar, com especial ênfase na gestão de Juscelino Kubitschek.

O governo de JK foi marcado pela abertura ao capital internacional, onde diversas empresas multinacionais começam a se instalar no Brasil (sobretudo as empresas automotivas), e pelos enormes empréstimos feitos para o estabelecimento de infraestrutura e de grandes obras, como por exemplo, a construção da capital federal (plano de metas). Outro fato marcante desse governo foi o modelo de transporte adotado, o rodoviário, em detrimento a todos os demais (ferroviário, hidroviário, naval, aéreo).

Veremos no capítulo 3 que essa decisão do modelo de escoamento de produção exerce uma grande influência negativa no processo industrial brasileiro até os dias de hoje.

Valendo-se de políticas econômicas desenvolvimentistas desde a Era Vargas, na década de 1930, o Brasil desenvolveu grande parte de sua infraestrutura em pouco tempo e alcançou elevadas taxas de crescimento

econômico. Todavia, o governo muitas vezes manteve suas contas em desequilíbrio, multiplicando a dívida externa e desencadeando uma grande onda inflacionária.

Após crises políticas brasileiras (processo transitório que culminou no golpe militar) os governos militares, retomaram e aceleraram o crescimento econômico e industrial brasileiro a partir de meados dos anos 60.

Com os militares, o Estado assumiu a função de órgão supervisor das relações econômicas, com maior diversificação da produção industrial. O Estado assumiu certos empreendimentos como: produção de energia elétrica, de aço, indústria petroquímica, abertura de rodovias e outros, assegurando para a iniciativa privada as condições de expansão ou crescimento de seus negócios. Houve grande expansão da indústria de bens de consumo não duráveis e duráveis com a produção, inclusive, de artigos sofisticados. Esse período ficou conhecido como milagre econômico, pois houve um crescimento acelerado da indústria, gerando muitos empregos e aumentando a renda de muitos trabalhadores (mediante endividamento junto a credores internacionais como FMI e BIRD, por exemplo), conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Indicadores econômicos do período militar (1970 – 1984)

Indicadores econômicos do período militar, 1970-1984

Ano	Crescimento do PIB (%)		* Balanço de Pagamentos	* Dívida externa	Dívida/PIB	Taxa de Inflação
	Total	per capita				
1970	10,4	7,2	-562	5.295	12,5	19,5
1971	11,3	8,6	-1.307	6.622	13,3	20,3
1972	12,1	9,4	-1.489	9.521	16,3	17,3
1973	14,0	11,3	-1.688	12.572	15,9	14,9
---	---	---	---	---	---	---
1981	-3,1	-5,3	-11.734	61.411	23,3	109,9
1982	1,1	-1,2	-16.310	70.198	25,8	95,5
1983	-2,8	-5,0	-6.837	81.319	39,4	154,5
1984	5,7	3,4	45	91.091	43,1	220,6

Fonte: IBGE; * = US\$ milhões

Podemos observar na tabela acima que os investimentos feitos pelos governos militares geraram um endividamento muito grande. É verdade que durante o Milagre Econômico tivemos altas taxas de crescimento do PIB como, por exemplo, em 1973, onde o crescimento chegou a ser de 14%. Esse crescimento trouxe o ônus muito grande: a relação dívida/PIB, que em 1970 era 12.5%, passou para 43.1% em 1984.

A industrialização foi centralizada propositalmente no eixo Rio-São Paulo, o que destruiu a economia de outras regiões do país que não receberam o mesmo nível de subsídios e investimentos, principalmente o Sertão Nordestino, o que ocasionou a migração em massa destas regiões preteridas pelo governo federal para as regiões mais subsidiadas e com mais investimentos. Este fato ampliou, a níveis jamais vistos antes, problemas que até hoje perduram, tais como decadência urbana, favelização, criminalidade, etc.

Já na década de 1980, o governo brasileiro desenvolveu vários planos econômicos que visavam o controle da inflação, sem nenhum

sucesso. O resultado foi o não pagamento de dívidas com credores internacionais (moratória), o que resultou em graves problemas econômicos que perdurariam por anos. Não foi por acaso que a década de 1980, na economia brasileira, ganhou o apelido de "década perdida".

O início do governo civil democraticamente eleito, na década de 90, governo Collor (assim como seus sucessores) foi marcado pelo conceito neoliberal (o Estado deve apenas regulamentar e fiscalizar a economia). Essa nova fase da industrialização é marcada por privatizações (como da Vale do Rio Doce e empresas de telefônicas), incentivos a importações e política monetária ativa.

O Brasil, em 1994, passa por um processo de estabilização econômica (plano real) onde finalmente consegue conter o processo inflacionário explosivo em que vivia desde os anos 80. Desde então as políticas adotadas pelos governos sempre foram de cunho monetário e não de cunho industrial.

2 – O QUE É DESINDUSTRIALIZAÇÃO?

O segundo capítulo deste trabalho, tem como propósito discutir sobre o conceito de desindustrialização, pois não existe um consenso sobre o assunto. Justamente essa falta de consenso, ou conceituações diferentes sobre o tema, é o que está criando e ampliando os debates sobre a desindustrialização no Brasil. Estudaremos o conceito de diversos autores e no final apresentaremos a conceituação que entendemos ser correta sobre o tema.

2.1 – Conceitos de desindustrialização

A desindustrialização é um assunto que recorrentemente surge nos debates políticos e acadêmicos no Brasil nos últimos anos, ainda que trajada em teorias diferentes. Se abrirmos qualquer jornal ou revista, iremos notar que este assunto vem sendo amplamente discutido e, em sua grande maioria, as opiniões entre os especialistas divergem, seja em torno do conceito ou em torno da ocorrência ou não de desindustrialização.

A partir de 1997, alguns especialistas afirmam que a abertura comercial teria provocado uma forte reprimarização nas exportações brasileiras, ou seja, que o avanço dos produtos primários e do setor de serviço teria pressionado a hegemonia industrial.

O *boom* das exportações, acompanhado de um expressivo *superávit* da balança comercial, tem sido amplamente comemorado como uma contribuição fundamental para o equilíbrio das contas externas brasileiras. Entretanto, os *superávits* comerciais se dão apenas na exportação de commodities. O país é deficitário em bens de média, média-alta e alta tecnologia.

Já outros especialistas afirmam que todos os recursos e fatores de produção devem ser alocados nos setores onde ocorre maior produtividade, criando assim especialização na produção. Dessa forma, o país se tornaria mais eficiente na produção de determinados bens e passaria a investir

somente nesses bens. Isso seria mais vantajoso do que produzir uma gama maior de bens, de forma não tão eficiente ou ineficiente.

Com essa especialização o produto total seria maior, assim o país poderia exportar os bens que possui maior eficiência produtiva e importar os bens que não é capaz de produzir de forma competitiva. Como é o caso brasileiro, que tem maior eficiência na produção de commodities, e que com os elevados preços no mercado internacional impulsionaram as exportações e menor eficiência relativa na produção de alguns manufaturados.

Esses são apenas dois exemplos de diferentes visões em torno do conceito de desindustrialização. A seguir, começaremos a mostrar os conceitos em torno do tema de alguns dos principais especialistas no assunto.

No início dos anos 90, um ponto muito discutido e decantado na época era em torno da liberalização econômica, porém isso se tornou uma grande ameaça à, até então, protegida indústria brasileira.

COUTINHO (1997) afirma que, devido à longa crise que se seguiu nos anos 80, a economia brasileira não pôde acompanhar adequadamente a terceira revolução tecnológica e o processo de aprofundamento da integração econômica mundial. A implementação do Plano Real trouxe a possibilidade de retomar o crescimento sustentável, porém, as políticas macroeconômicas que permitiram o controle da inflação (juros altos, a âncora cambial) tiveram efeitos nocivos sobre a indústria nacional. As altas taxas de juros que atraíam capitais internacionais em busca de melhor remuneração e que mantinham a âncora cambial causaram uma sobrevalorização da taxa de câmbio, levando a um aumento expressivo nas importações, ao mesmo tempo em que os custos dos investimentos se elevaram, o que comprimia ainda mais a indústria local.

Já OREIRO (2010) faz duas observações importantes quanto ao conceito de desindustrialização. A primeira, a respeito do conceito ampliado, é que o mesmo é compatível com um crescimento (expressivo) da produção da indústria em termos físicos. Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda,

mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização. A segunda observação é que a desindustrialização não está necessariamente associada a uma “re-primarização da pauta de exportação”. Com efeito, a participação no valor adicionado pode se reduzir em função da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. Se assim for, a desindustrialização pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado à pauta de exportações. Nesse caso, a desindustrialização é classificada como “positiva”.

É muito comum associar a desindustrialização ao aumento da competição interna e externa, causado pela abertura comercial e financeira, privatização em diversos segmentos industriais e sobrevalorização da taxa real de câmbio após implementação do Plano Real. Porém, a “desindustrialização” ocorrida nesse período parece estar associada ao baixo investimento realizado na economia brasileira, particularmente na indústria.

Outras duas causas, que podem ser apontadas como principais, de uma possível desindustrialização estão ligadas a uma sobrevalorização cambial, que pode causar um aumento de poupança externa e uma falha de mercado conhecida como “doença holandesa”³.

BRESSER-PEREIRA (2010) questiona o modelo de crescimento econômico imposto pelos países desenvolvidos baseado na abertura financeira e com poupança externa. Essas políticas resultariam em três estágios de condições econômicas: a apreciação da taxa de câmbio, fragilidade financeira internacional e a crise de balanço de pagamentos, que

³ Segundo Bresser Pereira (2007), a doença holandesa é o fenômeno da valorização da taxa de câmbio, provocada pela entrada de divisas internacionais provenientes da comercialização da riqueza natural abundante (gás no caso Holandês). A desindustrialização ocorre devido a esta valorização do câmbio reduzir a competitividade do setor industrial exportador no mercado internacional. Como resultado, a participação da indústria no PIB do país diminui, bem como a participação do emprego industrial no emprego total.

no limite provocam crises financeiras e um aumento artificial dos salários e do consumo. Afirma que os países que se desenvolveram de forma acelerada nas últimas décadas foram aqueles que abandonaram as recomendações ortodoxas, apontando três causas para o lento crescimento: 1) a nação não é suficientemente forte para definir uma estratégia nacional de desenvolvimento e se limita a seguir as recomendações dos países ricos. 2) as políticas econômicas não garantem um orçamento equilibrado, taxa de juros moderada e uma taxa de câmbio competitiva. 3) sua política de renda não garante que os salários cresçam com a produtividade.

Ele aponta duas causas principais para a sobrevalorização cambial: o crescimento baseado em poupança externa e a “doença holandesa”. O crescimento com poupança externa provoca a entrada maciça de fluxos de capitais, que são usados para financiar os déficits em conta corrente do país. Isso implica na apreciação da taxa de câmbio, que provoca alta taxa de substituição de poupança interna pela poupança externa, com pouco ou nenhum ganho para o país, aumentando assim o consumo interno em vez de aumentar o investimento, deixando o país sujeito a crises do balanço de pagamentos.

Muito se discute também acerca da duração de um processo de desindustrialização. Alguns afirmam que o processo é duradouro e irreversível, enquanto outros afirmam que é um processo passageiro.

FROELICH (2011) questiona o conceito e a abordagem de desindustrialização em voga ao afirmar que o processo de desindustrialização não pode ser considerado apenas pela participação relativa da indústria no PIB. Nas últimas décadas, o setor agrícola cresceu mais do que o industrial na participação do PIB, o que não significa o crescimento do setor agrícola em detrimento do setor industrial, visto que não houve retração na produção industrial ou pólos industriais que tenham sido significativos. Afirma, ainda, que um processo de desindustrialização seria um processo restrito a alguns setores industriais, sendo consequência de políticas econômicas de ajuste, adotadas como resposta a situações de crise. Uma vez superada a crise (da dívida, do câmbio, etc), o processo teria

fim. A desindustrialização não é, portanto, um processo duradouro, de longo prazo, mas um acontecimento localizado e datado, que pode ser revertido quando as políticas macroeconômicas corroboram para a reversão. Somente seria um processo de longo prazo se isto significasse “desfazer” a industrialização, o que poderia ocorrer em situações de catástrofe ou guerras pela destruição de grande parte do parque industrial. Entretanto é um cenário que, pode ser revertido, como ocorreu na Alemanha no pós-guerra, por exemplo.

Outro argumento utilizado pelo autor para contestar a existência da desindustrialização é de que os setores, tanto agrícola, industrial ou de serviços estariam interligados. FROELICH salienta que na visão de outros economistas o processo de desindustrialização (na concepção dos mesmos) significaria que o capitalismo estaria perdendo dinamismo e regredindo enquanto sistema econômico pois, na teoria marxista, a produção de mais-valia dá-se apenas no setor produtivo da economia (agricultura + indústria). Isto seria impossível, visto que a existência do setor de serviços, por exemplo, é resultado da dinâmica entre os outros dois setores (industrial e agrícola), sendo que não existiria por si mesmo, de forma autônoma.

Colocando de outra forma, mesmo que a participação relativa em termos de PIB da indústria tenha caído, o setor industrial não deixará de existir da mesma forma que as áreas rurais não foram extintas no período em que o país passou pelo processo de substituição de importações (PSI).

Alguns autores preferem analisar a desindustrialização como um todo (emprego, produtividade, produção dentre outros), e não apenas olhando a relação indústria/PIB.

Para SQUEFF (2011), é importante analisar a economia como um todo, se reportando a indicadores relativos a produção, emprego, produtividade, exportação, importação e saldo comercial, segundo a classificação por intensidade tecnológica da OCDE. Assim, embora seja inegável que houve uma redução da participação da indústria no PIB nos últimos anos e que as exportações brasileiras estão bastante concentradas em produtos de baixo valor agregado, configurando indícios de que está em

curso um processo de desindustrialização no Brasil, dados relativos a produção e emprego contrariam, em alguma medida, este entendimento.

Foram listados aqui, com base em textos, artigos e dissertações dos principais autores sobre o tema, as mais relevantes definições sobre o que é desindustrialização. Baseado principalmente nos autores citados acima, no próximo tópico iremos expor qual o conceito de desindustrialização que será utilizado como base nesse estudo, para posteriormente realizarmos o caso brasileiro. Assim, teremos bagagem para verificar se esse processo de desindustrialização está ou não definitivamente ocorrendo no Brasil.

2.2 – Definição de desindustrialização

Conforme vimos anteriormente, não existe um consenso em torno do conceito de desindustrialização. Para darmos sequencia a este estudo, iremos traçar uma linha de raciocínio a ser seguida.

Afirmar que um processo desindustrialização está em andamento ao analisar apenas a ótica da relação Indústria/PIB é algo muito pobre e pouco conclusivo. Diferentemente de muitos autores, que analisam apenas sob este foco, iremos fazer uma análise mais completa, verificando diversos indicadores econômicos, industriais, produtivos e de emprego.

Para dizer que o Brasil está em um processo de desindustrialização, vamos analisar o nível de emprego na indústria *versus* nível de emprego geral, nível de desemprego geral, importações por nível tecnológico, exportação por fator agregado, participação da indústria por composição, evolução do valor adicional bruto (VAB) frente aos setores da indústria, taxas de crescimento do PIB *versus* Indústria Setores/Serviços/Agro, taxa de câmbio, produtividade e produção industrial por intensidade tecnológica.

Depois de concluir todas as análises citadas acima, poderemos sugerir que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização caso o número de resultados negativos nas mesmas seja significativo.

Se ao final desse estudo, chegarmos a esta conclusão (de que está ocorrendo um processo de desindustrialização), não poderemos afirmar que

se trata de um processo de permanência longa ou definitiva. Basta tomarmos como exemplo a Alemanha e o Japão, onde devido as Guerras, tiveram suas economias e sua base industrial praticamente destruídas, e hoje são dois dos principais pólos industriais do mundo.

3 – DADOS ECONÔMICOS, INDUSTRIAIS E DE EMPREGO

Neste terceiro e último capítulo, apresentaremos diversos indicadores econômicos, industriais e de emprego. Ancorados nesses dados, estudaremos a fundo o caso brasileiro para, então, podermos afirmar ou refutar a ocorrência do processo de desindustrialização no Brasil.

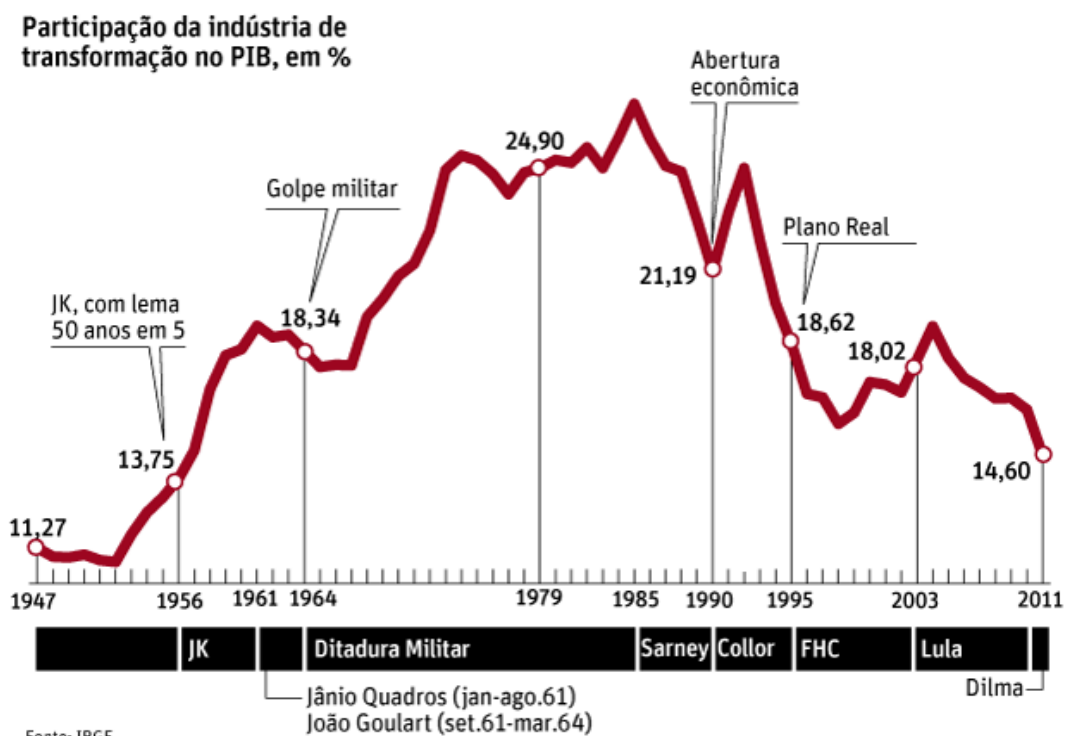
3.1 – Dados

Um dos principais argumentos afirmativos em torno da desindustrialização é referente à participação da indústria no PIB. No gráfico abaixo, podemos acompanhar a evolução ao longo dos anos.

Gráfico 1 – Participação da Indústria de Transformação no PIB (%)

CRISE NA INDÚSTRIA

Participação do setor na economia brasileira cai e volta ao nível dos anos JK



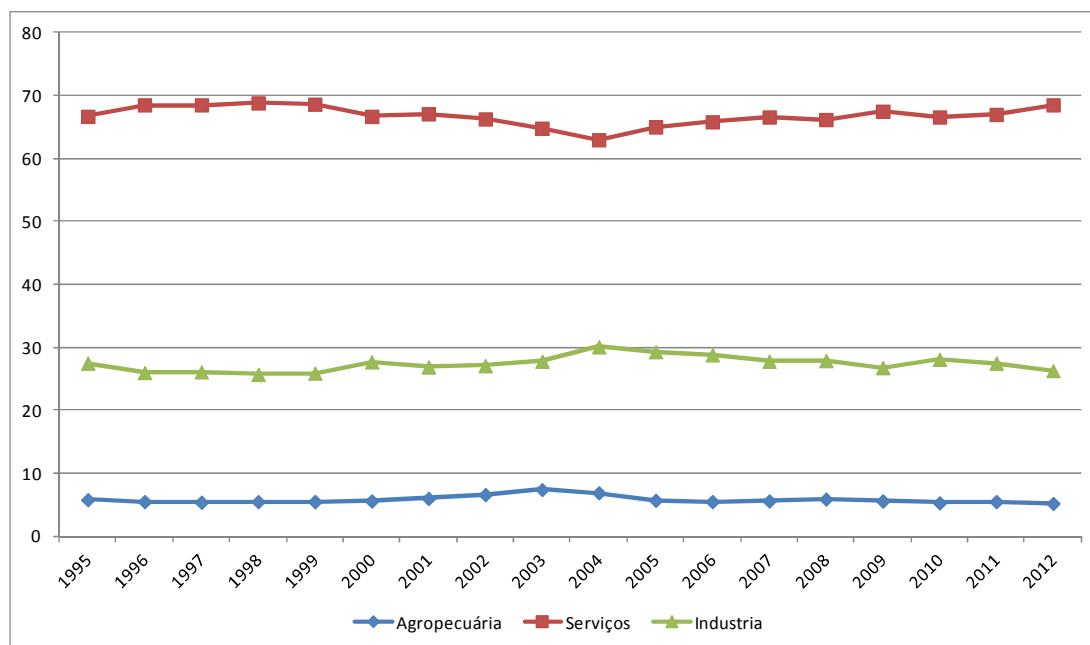
Elaboração Folha de São Paulo 09/03/2012

No gráfico acima, fica nítido que a participação da indústria no PIB caiu nos últimos anos, principalmente a partir de 1993. Esse é o principal argumento de muitos teóricos para afirmar que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização. Porém, acreditamos que analisar apenas um indicador isoladamente é insuficiente para se afirmar categoricamente que estamos nos desindustrializando.

A partir de agora começaremos a analisar alguns indicadores que consideramos fundamentais para que possamos ter um posicionamento sobre o tema.

Primeiramente, analisaremos o Valor Adicionado Bruto (VAB)⁴ entre o período de 1995 até 2012.

Gráfico 2 – Participação do VAB (Valor Adicional Bruto)



Fonte: IBGE - Elaboração: Autor

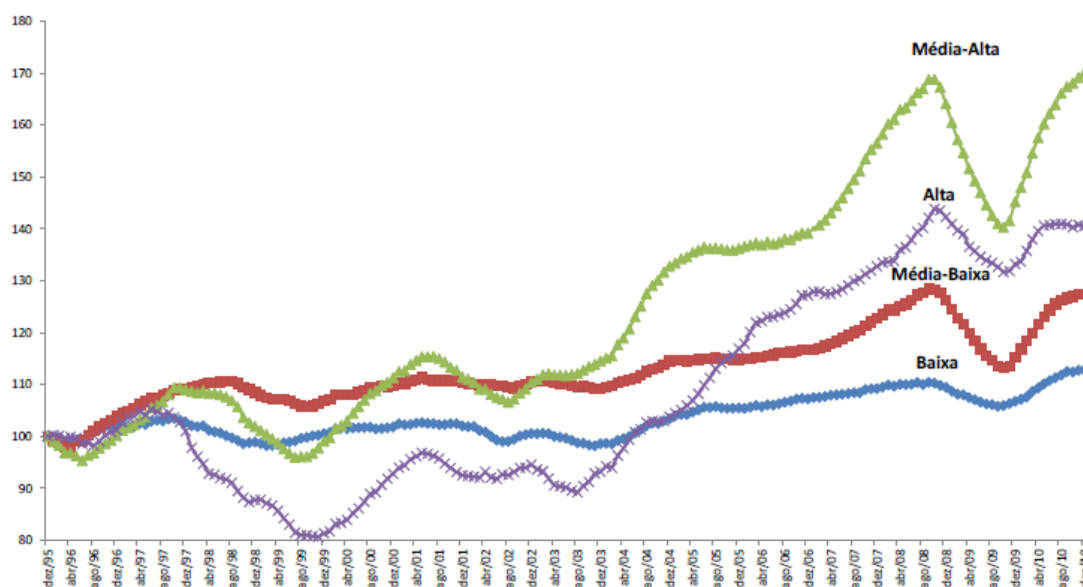
Analisando o gráfico acima, nota-se que não tivemos grandes variações na participação do VAB na agropecuária, nos serviços e nem na Indústria. No período analisado, de 1995 até 2012 (período considerado pelos especialistas como o mais crítico no possível processo de

⁴ É o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

desindustrialização), não é possível afirmar, através deste indicador, que a indústria está perdendo espaço para os demais setores.

Recentemente, um ponto muito abordado quando se discute sobre a indústria ocorre em torno da intensidade tecnológica. Coloca-se que as indústrias de baixa ou de média-baixa intensidade tecnológica estão crescendo e ganhando espaço frente as indústrias de média-alta e de alta intensidade tecnológica. Vamos analisar o gráfico abaixo para verificar se isso realmente é verdade:

Gráfico 3 – Produção Industrial Física, Segundo Intensidade Tecnológica (média móvel 12 meses)



Fonte: IBGE – Retirado de Squeff (2011)

Podemos notar que os setores que obtiveram as maiores taxas de crescimento foram os de maior intensidade tecnológica (média-alta e alta). Squeff ressalta também que o setor de média-alta tecnologia foi o que mais sofreu com a crise de 2009, enquanto os de baixa e média-baixa tiveram apenas uma pequena redução. Para ele, isso pode ser efeito do mercado consumidor desses produtos, ou seja, se os produtos são consumidos internamente ou se são exportados.

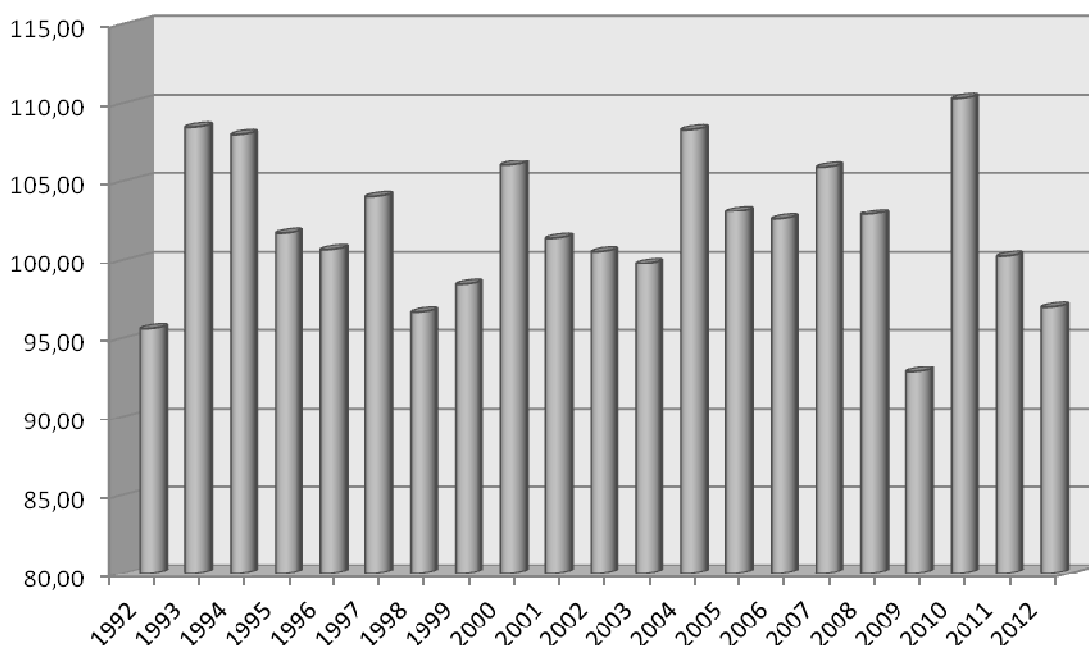
Os valores foram calculados através da média móvel de 12 meses, com o intuito de evitar efeitos de sazonalidades, uma vez que os dados

originais poderiam conter tal efeito. Além disso, estabeleceu-se um índice base igual a 100 em dezembro de 2005.

Este indicador segue o caminho oposto à tese da ocorrência do processo de desindustrialização, pois notamos um crescimento da indústria em todos os setores analisados e, mais do que isso, mostrou que os setores da indústria de maior intensidade tecnológica foram os que obtiveram os melhores resultados no período analisado.

Continuando com foco na produção da indústria, vamos analisar agora os dados de crescimento da produção física na indústria de transformação.

Gráfico 4 – Índice de Crescimento da Produção Física da Indústria de Transformação (Igual ao Período do Ano Anterior = 100)



Fonte: IBGE – Elaboração: Autor

(*) Base: Média de 2002=100 Com Ajuste Sazonal

Esse gráfico nos mostra um número índice que, caso a produção física na indústria de transformação tenha crescido frente ao ano anterior, seu valor ficará acima de 100. Se a produção diminuiu, o índice será abaixo de 100. Por fim, se a produção física foi igual ao do ano anterior, o índice

será igual a 100. Observando os dados, podemos notar que, em pelo menos dois terços do período analisado, a produção física na indústria de transformação foi maior do que no ano anterior.

Para concluir a parte referente aos dados sobre a produção na indústria, e continuando na linha de raciocínio do gráfico anterior, vamos analisar agora a taxa de crescimento da indústria.

Tabela 2 - Produção Física da Indústria - Taxa de Crescimento (%)

Ano	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
2005	3,09%	10,18%	2,71%
2006	2,82%	7,35%	2,56%
2007	6,01%	5,87%	6,02%
2008	3,10%	3,79%	3,06%
2009	-7,38%	-8,79%	-7,30%
2010	10,47%	13,41%	10,30%
2011	0,26%	2,14%	0,14%
2012	-2,68%	-0,38%	-2,82%

Fonte: IBGE – Elaboração: Autor

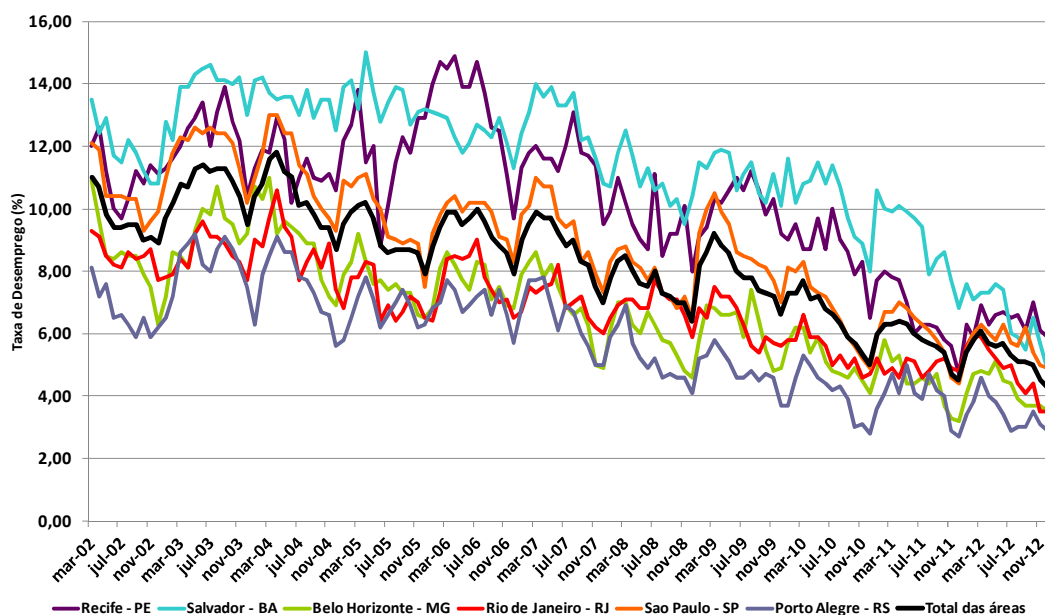
A tabela acima nos mostra a evolução da taxa de crescimento da produção física na indústria. Os dados dessa tabela, assim como os do gráfico anterior são baseados na variação ano a ano, ou seja, simplesmente transformaram-se em percentual os valores do gráfico anterior e, claro, adicionamos mais dois segmentos para melhor análise da informação.

Podemos notar que, de um modo geral, no período analisado a indústria possui um desempenho positivo. As únicas exceções são os anos de 2009 e de 2012. Em 2009, tivemos a ocorrência da crise americana que se espalhou pelo mundo e afetou diretamente a indústria local brasileira. Já em 2012, a economia brasileira passou por um fraco desempenho como um todo, o que afetou também a indústria.

Pelo lado da produção industrial foram apresentados os dados mais importantes, ficando evidente que não podemos concluir que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização. Iremos mostrar, no final desse capítulo, o último dado referente à produção, onde faremos uma análise setorial de indústria. A partir de agora, começaremos a analisar os dados de emprego.

O primeiro indicador de emprego que iremos analisar será o desemprego.

Gráfico 5 – Desemprego nas Regiões Metropolitanas (2002 até 2012)



Fonte: IBGE – Elaboração: Autor

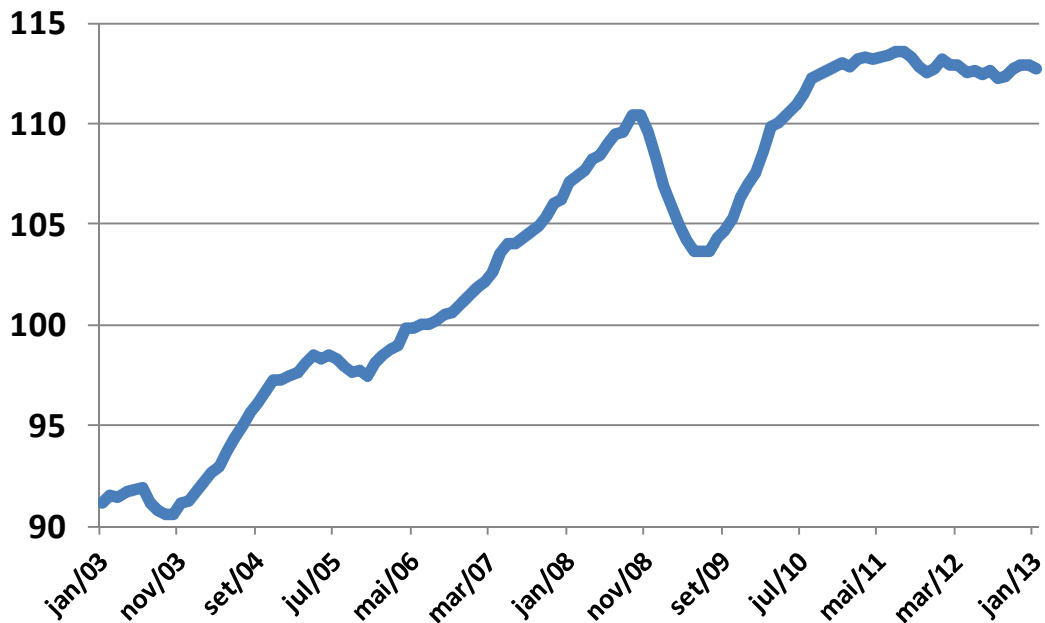
O gráfico acima mostra a evolução da taxa de desemprego em todas as regiões metropolitanas do Brasil, desde 2002. Analisando os dados, podemos notar nitidamente uma trajetória de queda na taxa de desemprego em todas as regiões do país, sendo que este movimento fica mais intenso a partir de meados de 2007.

Essa informação sobre o desemprego, se analisada individualmente, não nos ajuda a obter conclusões em relação ao tema proposto por este trabalho. Porém, é uma informação muito importante a ser considerada em sintonia com informações sobre o emprego. Por isso, vamos estudar agora o nível de emprego na Indústria e criar um paralelo das duas informações.

Para darmos uma ênfase maior e ser bem mais específicos, vamos analisar diretamente o nível de emprego na indústria de transformação.

Os dados a seguir são números índices (utilizando como base o valor igual a 100, em 2006).

Gráfico 6 – Emprego na Indústria de Transformação (2003 - 2013)



Fonte: CNI – Elaboração: Autor
Índice base fixa: média 2006=100

No gráfico acima temos a evolução do índice que mede o nível de emprego na indústria de transformação. É importante ressaltar que este índice está dessazonalizado.

Analisando o gráfico, podemos notar uma forte evolução do nível de emprego na indústria de transformação. Desde o início do índice em 2003 até Janeiro de 2013, a tendência de longo prazo sempre foi de alta. Vale ressaltar que em 2009, em virtude de crise americana, esse índice teve uma significativa queda assim como vimos em outros indicadores, mas logo em seguida retornou ao seu patamar e seguiu sua trajetória de crescimento.

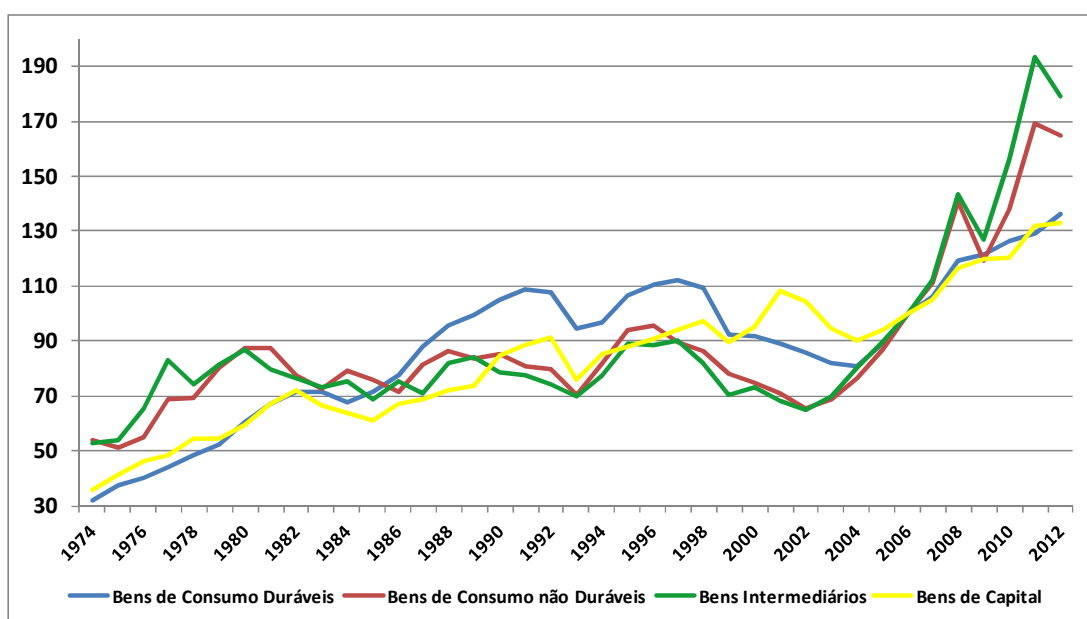
Conforme foi citado anteriormente, se analisarmos de forma conjunta os indicadores de desemprego e de nível de emprego na indústria, podemos concluir que, pelo menos uma parte dos empregos que estão sendo criados estão sendo direcionados para a indústria, e este é mais um forte indicador de que não estamos atravessando por um processo de desindustrialização.

Outros dados importantes a serem analisados são os dados referentes a balança comercial. Vamos analisar agora os valores de

importação e exportação. Mais precisamente, iremos focar no segmento, ou seja, iremos verificar quais os segmentos dos produtos que possuem os maiores pesos na balança comercial brasileira.

Começaremos analisando as exportações por categoria de uso. Os dados a seguir serão exibidos através de um número índice que teve em 2006 sua base com valor igual a 100.

Gráfico 7 – Exportação por Categoria de Uso (1974 - 2012)



Fonte: FUNCEX – Elaboração: Autor

O gráfico acima nos mostra a evolução das exportações brasileiras por categoria de uso. Esse dado é muito importante pois possibilita uma fácil percepção do tipo de produtos que estamos exportando. Percebemos que nos últimos anos as categorias com maior peso e mais participação nas exportações são os bens intermediários⁵ e os bens de consumo não duráveis⁶.

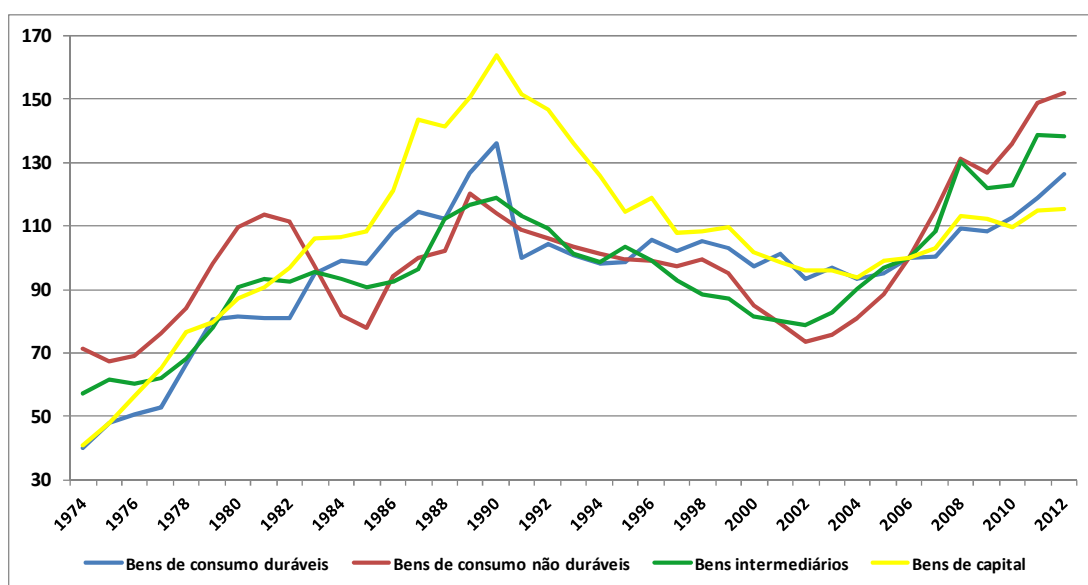
⁵ Bens intermediários são bens que são consumidos na produção de outros bens. Por exemplo, o tecido (bem intermediário) é consumido na produção de uma roupa (bem durável).

⁶ Bens de consumo não duráveis são bens que se esgotam no ato da utilização. Por exemplo, alimentos e bebidas.

Já as categorias com menor peso ou com uma participação inferior nas exportações são os bens de capital⁷ e bens de consumo duráveis⁸.

Esses dados mostram que os bens, onde a indústria exerce um impacto maior, não obtiveram um bom desempenho nos últimos anos. Para avaliarmos de forma mais consistente, vamos analisar os dados de exportação juntamente com os dados de importação.

Gráfico 8 – Importação por Categoria de Uso (1974 - 2012)



Fonte: FUNCEX – Elaboração: Autor

Os dados de importação por categoria de uso, assim como os de exportação, foram exibidos através de um número índice que teve em 2006 o índice base com valor igual a 100.

Os bens de consumo não duráveis e intermediários foram mais representativos nos últimos anos, assim como também ocorreu com as exportações. Já os bens de consumo duráveis e bens de capital tiveram uma representatividade um pouco menor, não na mesma proporção que os dados de exportação.

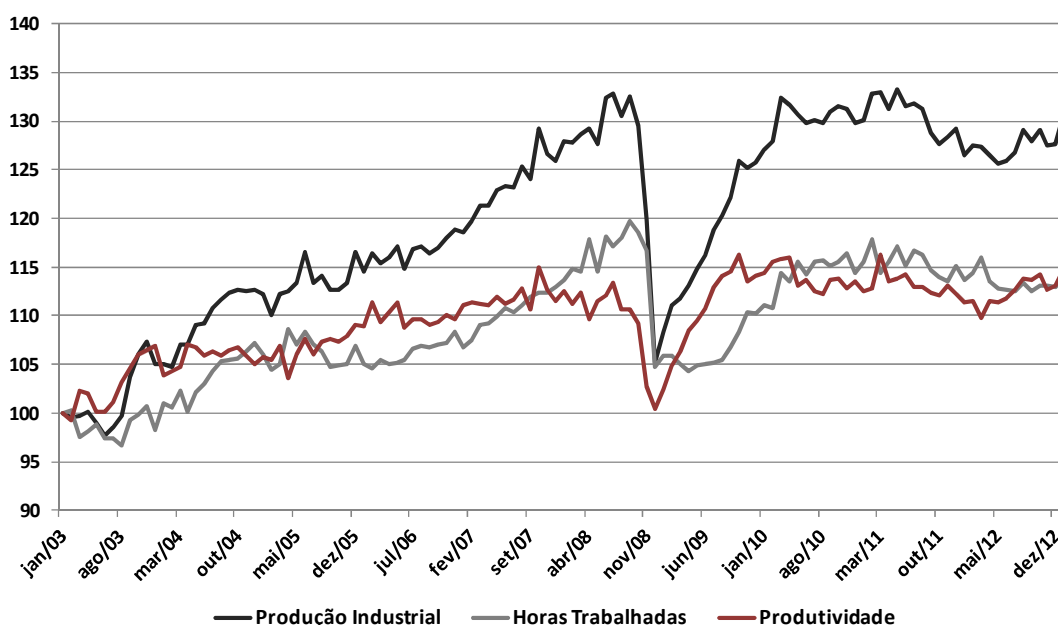
⁷ Bens de Capital são bens que servem para a produção de outros bens, especialmente os bens de consumo. Ex: máquinas, equipamentos.

⁸ Bens de consumo duráveis são bens que não se esgotam no ato da utilização. Por exemplo, automóveis e roupas.

Analisando os dois últimos gráficos, em conjunto, nota-se que os bens de menor valor agregado acabaram se sobressaindo frente aos com maiores valores agregados. Podemos concluir que o peso dos produtos com maior valor agregado é maior na importação do que nas exportações, ou seja, estamos importando mais esse tipo de produto e, não estamos produzindo tanto.

Se um país está passando por um processo de desindustrialização, podemos concluir que a produtividade industrial esteja indo mal. No gráfico a seguir vamos poder analisar isso. Para chegarmos ao índice de produtividade, utilizamos a produção industrial total física e as horas trabalhadas dessazonalizadas. Transformamos as duas informações em número índice igual a 100 em janeiro de 2003, e através do quociente, chegamos ao índice de produtividade, que também possui número índice base igual a 100 em janeiro de 2003.

Gráfico 9 – Produtividade da Indústria (Índice base 100 em Jan/2003)



Fonte: IBGE e CNI – Elaboração: Autor

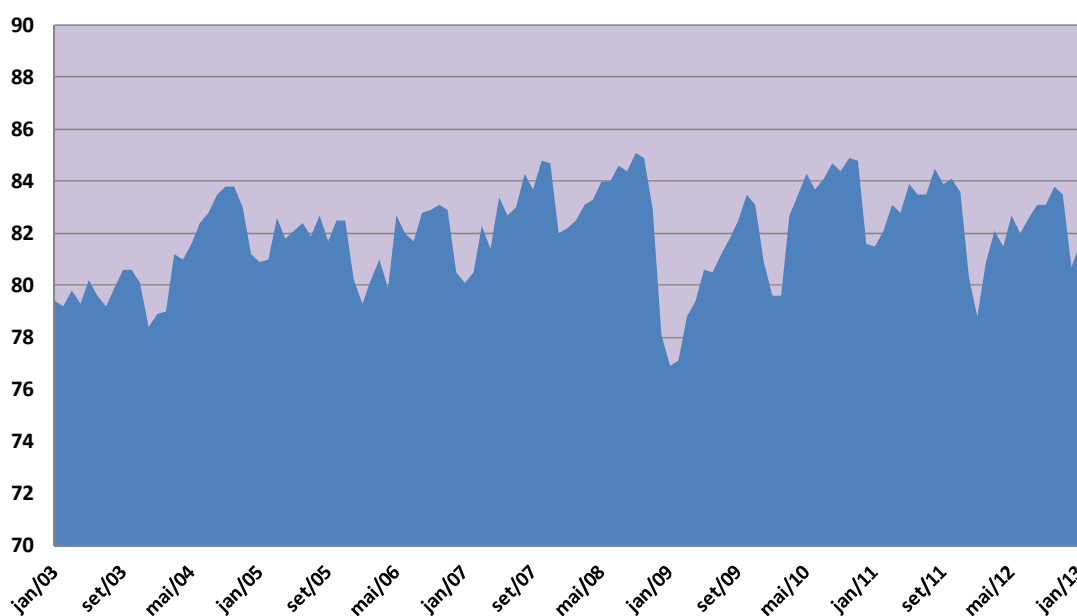
No gráfico acima, além da produtividade da indústria, também esboçamos os índices de produção industrial e de horas trabalhadas. A produtividade na indústria de uma forma geral se manteve constante com

uma pequena tendência de alta ao longo dos anos. A exceção, assim como em alguns indicadores que já observamos anteriormente, fica no período da crise americana ao final de 2008 e meados de 2009.

Podemos notar também que a produção está se descolando das horas trabalhadas com o passar dos anos. Isso pode ser um indício bom, pois pode significar que a indústria está ficando mais produtiva e, conseqüentemente, os produtos podem vir a ganhar competitividade maior no mercado internacional, caso isso realmente venha a ocorrer.

Outro dado importante da Indústria a ser analisado é a utilização da capacidade instalada. Esse dado nos mostra o quanto da capacidade da infraestrutura da indústria está sendo utilizada na produção. No gráfico a seguir, iremos mostrar o percentual médio desse indicador na indústria de transformação.

Gráfico 10 – Percentual médio da Utilização da Capacidade Instalada na Indústria de Transformação (2003 até 2013)



Fonte: CNI – Elaboração: Autor

Podemos notar, na evolução da média da utilização da capacidade instalada, que a indústria sempre esteve em um patamar de estabilidade.

Mais uma vez é muito importante ressaltar que, em virtude da crise nos Estados Unidos em 2008/2009, esse indicador foi fortemente influenciado negativamente neste período. Mas, analisando todo o histórico desse indicador, podemos notar uma pequena trajetória de crescimento ao longo prazo, mas nada significativo. O indicador ficou praticamente estável, onde em 2003 a utilização da capacidade instalada era de 79.40%, e em 2013, está em 81.60%.

Para concluir este capítulo, deixamos propositalmente por último, esta tabela de produção física da indústria por setor. Vamos analisar, na tabela abaixo, a taxa de crescimento de alguns setores da nossa indústria:

Tabela 3 - Produção Física da Indústria por Setor - Tx de Cresc. (%)

Ano	Têxtil	Vestuário e acessórios	Calçados e Artigos de Couro	Equipamentos de Instrumentos Médico-Hospitalar, Ópticos e Outros	Veículos Automotores	Refino de Petróleo e Álcool	Bebidas	Celulose, papel e produtos de papel
2005	-2,11	-5,05	-3,21	2,55	6,84	1,47	6,36	3,10
2006	1,54	-5,11	-2,72	9,37	1,28	1,61	7,07	2,15
2007	3,82	5,10	-2,24	3,81	15,00	3,05	5,37	0,76
2008	-1,89	3,18	-6,77	15,98	8,14	0,38	0,27	5,24
2009	-6,39	-7,88	-8,62	-12,11	-12,37	-0,78	7,08	-1,41
2010	4,56	7,21	6,72	20,56	24,17	0,78	11,22	4,43
2011	-14,85	-4,41	-10,43	11,17	2,44	0,49	-0,24	1,51
2012	-4,20	-10,46	-3,61	1,37	-13,54	4,13	1,32	1,15

Fonte: IBGE – Elaboração: Autor

Quando analisamos a indústria por setor, podemos perceber que alguns setores, como o Têxtil, o de vestuário e acessórios, e o de calçados e artigos de couros, estão obtendo resultados muito ruins nos últimos anos. Já outros setores da indústria, como o de veículos automotores, bebidas, refino de petróleo e álcool, papel e celulose e equipamentos médicos, estão com resultados positivos no período analisado.

Quando analisamos a indústria como um todo, como fizemos em boa parte deste capítulo, fica claro que não podemos concluir que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização. Porém se começarmos a focar a análise por setor, é bem provável que algum setor ou alguns setores da economia possam estar passando por esse processo. Nesta última tabela

fica claro que principalmente o setor de calçados e artigos de couros pode vir a estar passando por desindustrialização.

CONCLUSÃO

Após entendermos como ocorreu o processo de industrialização brasileiro, de definirmos qual seria o conceito de desindustrialização que este trabalho iria adotar como diretriz e analisarmos diversos indicadores econômicos, industriais e do trabalho, podemos concluir que, não está claro que o Brasil esteja passando por um processo de reprimarização da estrutura produtiva ou por uma desindustrialização.

Quando analisamos a indústria por setor, como fizemos no final do capítulo 3, é possível discutir favoravelmente a favor de um processo de desindustrialização. Se tomarmos como exemplo o setor de calçados e artigos de couro, em 7 dos 8 anos do período que analisamos o setor obteve desenho muito ruim. Mas sempre que analisamos a indústria como um todo, não tivemos como afirmar que o Brasil está passando por uma desindustrialização.

Enquanto a indústria brasileira obteve incentivos (como durante o período de industrialização nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e em alguns governos militares), sempre alcançou bons resultados e grandes performances. Porém, a partir dos anos 80, a indústria começou a perder espaço e já não teve o mesmo desempenho dos anos anteriores. Isso não quer dizer que passamos por uma desindustrialização. O agronegócio cresceu muito e ganhou muita participação no PIB nas últimas duas décadas. O fato de o agronegócio ter “tirado” espaço da indústria na relação frente ao PIB, em nenhum momento sinaliza que a indústria, como um todo, se retraiu. A indústria continuou crescendo ou, na pior das hipóteses, manteve o seu patamar. Popularmente falando, não é porque o seu vizinho construiu uma mansão que a sua casa deixou de ser boa ou passou a ser ruim.

Desde os anos 80, quando o Brasil passou por vários problemas de hiperinflação, as políticas econômicas sempre foram voltadas para conter a inflação e nunca mais foram voltadas para a Indústria. A China, um dos

nossos principais concorrentes em alguns setores, possui uma política industrial presente e atuante há muitos anos. Um exemplo disso é a moeda chinesa, que é mantida artificialmente desvalorizada para que continuem com vantagens comparativas de seus produtos frente aos produtos de outros países, como os produtos do Brasil.

Hoje em dia é nítido que a indústria brasileira se tornou ineficiente frente à indústria de outros países, como a chinesa, que acabamos de citar. O Brasil hoje possui um câmbio extremamente valorizado, taxas de juros e spreads bancários dos mais altos do mundo, estrutura tributária ineficiente (o mesmo produto é tarifado duas vezes, na produção e na venda), problemas de infraestrutura (nosso meio de escoação de produção é o rodoviário, o mais caro e ineficiente), excesso de burocracia (muito difícil e demorado para abrir ou fechar uma empresa), acumulação insuficiente de poupança e, um dos principais, falta de mão de obra qualificada. Todos esses fatores tornam a nossa indústria ineficiente e o nosso produto muito caro frente as demais economias. É importante lembrar que o Brasil possui vantagens comparativas na produção de produtos primários, o que também explica o grande crescimento do agronegócio.

Caso o governo brasileiro volte a direcionar esforços maiores para o setor industrial, o que, de certa forma, mesmo que timidamente, parece estar fazendo nesse momento (com redução no preço da energia elétrica e com o PAC), não temos dúvidas que a indústria brasileira pode voltar a ser forte e ocupar novamente um papel de destaque na economia mundial.

Como resultado dos estudos realizados nesse trabalho, concluímos que o Brasil não está passando por um processo de desindustrialização. Não é possível afirmar que a indústria brasileira, como um todo, esteja passando por esse processo. Alguns setores, como o de calçados e artigos em couro, podem estar passando por esse processo. Talvez isso seja válido para alguns setores específicos, mas não para a indústria brasileira no geral.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A cortina de fumaça da "desindustrialização"**. Valor Econômico de 24/05/2012.

BRASIL ESCOLA - <http://www.brasilecola.com> Visitado em 05/09/2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **The Dutch Disease and its neutralization: a Ricardian approach**. Revista de Economia Política, n° 28, Vol. 1, p. 48 - 71 Janeiro/Março 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Globalização e competição**. São Paulo: Editora Elsevier, 2010.

CNI - www.cni.org.br - Visitado em 10/03/2012.

COUTINHO, Luciano. **A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização**. Fórum nacional, Brasil: Desafios de um país em transformação – Coordenado por VELLOSO, João Paulo dos reis em José Olympio, RJ 1997 p. 81-106.

ENCICLOPÉDIA INFOPÉDIA - [http://www.infopedia.pt/\\$cultura-e-comercio-do-acucar-no-brasil](http://www.infopedia.pt/$cultura-e-comercio-do-acucar-no-brasil) Visitado em 10/09/2012.

FOLHA DE SÃO PAULO - <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1059317-participacao-da-industria-no-pib-recua-aos-anos-jk.shtml> Visitado em 10/05/2012.

FROELICH, Gilval Mosca - **Interpretação Histórica da desindustrialização no Brasil**. São Paulo, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Edição Companhia das Letras / 2011.

GONÇALVES, Reinaldo - **Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas** - Revista do conselho federal de economia – ano II n° 6 Outubro/Novembro 2011

HISTÓRIA DO BRASIL - <http://www.historiado brasil.net> Visitado em 05/09/2012

IBGE - <http://www.ibge.gov.br> - Visitado em 20/02/2013.

IPEADATA - <http://ipeadata.gov.br> - Visitado em 26/01/2013.

KUPFER, David e HASENCLEVER, Lia - **Economia Industrial** – Edição 18, 2002.

LACERDA, Antonio Corrêa de - **Câmbio, desindustrialização e vulnerabilidade externa** - Revista do conselho federal de economia – ano II nº 6 Outubro/Novembro 2011.

MARQUES, Rosa Maria Marques e BOCCHI, João Ildebrando - **Desafios para o Brasil: como retomar o crescimento econômico nacional?** – Editora Saraiva, 2007.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - <http://www.mdic.gov.br> - Visitado em 15/03/2013.

OREIRO, José Luis. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, vol. 30 nº2 (118), São Paulo, p. 219-232, abril-junho/2010

OREIRO, José Luis - **Desindustrialização: o debate sobre o caso brasileiro** - Revista do conselho federal de economia – ano II nº 6 Outubro/Novembro 2011.

SOUSA, Rainer – **Economia Cafeeira** - <http://www.mundoeducacao.com.br> Visitado em 20/09/2012.

SQUEFF, Gabriel Coelho - **Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), 2011.

STRACK, Diego e Azevedo, André Filipe Zago de - **A DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL**. Unisinos – Sessões Temáticas, 2012.